

FLÁVIO CARDOSO PEREIRA

**CRIME ORGANIZADO
E SUA INFILTRAÇÃO NAS
INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS**

Prefácio: Fábio Medina Osório

**SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2015**

© 2014 by Editora Atlas S.A.



Capa: Zenário A. de Oliveira
Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pereira, Flávio Cardoso
Crime organizado e sua infiltração nas instituições governamentais /
Flávio Cardoso Pereira ; prefácio Fábio Medina Osório. --
São Paulo : Atlas, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-9711-9
ISBN 978-85-224-9712-6 (PDF)

1. Brasil – Crime organizado 2. Investigação criminal
3. Política criminal 4. O Estado I. Osório, Fábio Medina. II. Título.

14-12685
CDU-343.232

Índice para catálogo sistemático:

1. Crime organizado : Direito penal 343.232

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

103094

SUMÁRIO

Prefácio, xi

Apresentação, xvii

1 A problemática da banalização financeira no limiar do Século XXI, 1

1.1 O dinheiro pode comprar tudo?, 1

1.2 Limites morais do mercado econômico, 6

2 Segurança humana: os vínculos entre segurança, paz e desenvolvimento, 10

2.1 Desvelando o conceito de “segurança humana”, 10

2.2 Conteúdo e características da *human security*, 16

2.3 Segurança humana e delinquência organizada: um estreito vínculo, 20

3 A expansão da delinquência organizada em momentos de globalização, 26

3.1 A criminalidade organizada na era globalizada: um desafio para a comunidade internacional, 29

3.2 Os efeitos negativos da atuação da criminalidade organizada na ordem socioeconômica dos Estados. A problemática da lavagem de capitais, 34

3.3 O lado oculto da criminalidade: funcionamento de verdadeiras empresas direcionadas para a prática de delitos graves, 39

4 O grande vilão na atualidade: o fenômeno da corrupção, 42

4.1 A relação espúria entre o crime organizado e a corrupção, 44

4.2 O fenômeno da corrupção no mundo moderno, 51

4.2.1 Mas afinal: o que é corrupção?, 57

4.3 Os índices de percepção da corrupção em nível mundial, 62

4.4 A degradação ética do cidadão como fator da corrupção. Análise desde o prisma da teoria dos jogos, 66

- 4.4.1 Corrupção e ética: uma conexão paradoxal, 66
- 4.4.2 A teoria dos jogos no contexto do fenômeno da corrupção, 72
 - 4.4.2.1 Teoria dos jogos: conceito e conteúdo prático, 72
 - 4.4.2.2 Corrupção e criminalidade organizada: leitura sob a ótica da teoria dos jogos, 77
- 4.5 O tratamento da Corrupção no Brasil: os avanços promovidos pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), 79
- 5 A infiltração do crime organizado nas instituições públicas estatais, 83**
 - 5.1 O fenômeno econômico denominado “captura do Estado”, 86
 - 5.2 A reconfiguração cooptada do Estado, 91
 - 5.3 Redes ilícitas de criminosos e a reconfiguração cooptada do Estado. Fatores diretos e fatores indiretos, 98
 - 5.3.1 Fatores indiretos (remotos), 99
 - 5.3.1.1 Inexpressiva valorização salarial do funcionalismo público, 99
 - 5.3.1.2 Deficiente fiscalização relativa ao ingresso em cargos públicos, 101
 - 5.3.1.3 Reduzido incentivo e reconhecimento daqueles servidores públicos especializados, 102
 - 5.3.1.4 Ausência de controles eficazes relativos a evoluções patrimoniais suspeitas, 104
 - 5.3.2 Fatores diretos, 106
 - 5.3.2.1 Debilidade institucional dos Estados, 106
 - 5.3.2.2 Ausência de reforço ético junto ao servidor público, 108
 - 5.3.2.3 Expansão da criminalidade organizada e da corrupção, 110
 - 5.4 Como as redes ilícitas se infiltram em instituições governamentais?, 111
 - 5.5 Um grande problema: o financiamento de campanhas políticas por redes ilícitas, 116
 - 5.6 A infiltração das redes ilícitas nos sistemas econômico, financeiro e religioso, 121
- 6 Os riscos e as consequências da reconfiguração cooptada de algumas instituições do Estado, 130**
 - 6.1 Os efeitos institucionais da infiltração da criminalidade organizada em entidades governamentais, 130
 - 6.1.1 Perda de credibilidade do Estado frente à sociedade, 131
 - 6.1.2 Desestímulo ao ingresso e permanência na função pública, 134
 - 6.1.3 Institucionalização e conformação com o modo “corrupto” de se viver, 135
- 7 Medidas de controle ao problema da infiltração do crime organizado nas instituições governamentais, 138**
 - 7.1 Repercussão do problema no âmbito internacional. Especial referência ao posicionamento das Nações Unidas, 142
 - 7.2 Algumas formas de prevenção ao fenômeno da reconfiguração cooptada, 144
 - 7.2.1 Resgate do caráter ético da função pública, 144

7.2.2 Melhores incentivos aos funcionários públicos: o fortalecimento da confiança, 146

7.2.3 Fomento às escolhas certas em momentos de indecisão, 148

7.3 Uma experiência para o futuro: a utilização do programa Ris.I.C.O. 1.1 Beta (RIS-CHIO – Infiltrazione Criminalità Organizzata), 150

Conclusões, 154

Bibliografia, 159